

## **Transparência das Maiores Organizações Não Governamentais Mundiais por meio de Portais Eletrônicos**

**FABIANO MAURY RAUPP**

Universidade do Estado de Santa Catarina  
fabianoraupp@hotmail.com

**JOÃO GABRIEL VASCONCELLOS GODOY**

UDESC  
jgodoy.sc@gmail.com

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES – Brasil pelo auxílio financeiro.

# Transparência das Maiores Organizações Não Governamentais Mundiais por meio de Portais Eletrônicos

## 1 Introdução

É cada vez mais evidente a importância das Organizações Não Governamentais (ONGs) na sociedade, em âmbito local, nacional e internacional, devido à natureza de seus trabalhos, à imagem de efetividade e eficiência que gozam, e ainda à contraposição destas em relação ao governo, que muitas vezes é responsável pelas mesmas atividades (EDWARDS, HULME, 1996; GRAY, BEBBINGTON, COLLISON, 2006).

As últimas décadas trouxeram crescimento para as organizações deste tipo, tanto em quantidade de membros e voluntários, quanto em variedade de organizações, origens e públicos atendidos, em especial na década de 90 (BENDELL, 2006). Entretanto, não é em berço esplêndido que repousam estas organizações. Escândalos divulgados pelas mais variadas mídias em países desenvolvidos (EBRAHIM, 2003) e em desenvolvimento, como no Brasil (RANGEL, 2010), abalam a confiança do público nestas instituições. Estes escândalos, aliados à crescente influência das ONGs em nossas vidas, levam governos, iniciativa privada e o público em geral a questionar a legitimidade e idoneidade destas organizações (GODDARD, ASSAD, 2006).

Diante do conflito de confiança entre estas organizações e seus *stakeholders* (MCGANN, JOHNSTONE, 2005), surgem inúmeros trabalhos investigando a situação, sob a ótica da *accountability*, como o de Goddard e Assad (2006), Bendell (2006), Gray, Bebbington e Collison (2006), Rangel (2010). Um dos problemas apontados por Ebrahim (2003) é o fato de que estas organizações, de maneira geral, direcionam seus esforços de comunicação e transparência, tanto financeira quanto de atividades, para agentes doadores e órgãos governamentais, deixando de lado o público, e, muitas vezes, os próprios beneficiários de suas ações.

É neste ambiente que encontramos o tema desta pesquisa, definido como “transparência *online* de ONGs mundiais”, por perceber que esta é uma situação de âmbito e importância global, e com o entendimento de que a transparência é uma importante dimensão da *accountability* (RAUPP, 2011) cada vez mais demandada destas organizações. Cabe ressaltar o termo *online*, referindo-se à rede mundial de computadores, a qual também teve um crescimento considerável nas últimas décadas. As ONGs acompanharam esta tendência, também aumentando elas o uso de instrumentos relacionados às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), conforme percebido por Hart (2002), e que não se tem dado de maneira eficiente ou efetiva de acordo com o trabalho de Kang e Norton (2004).

Percebe-se a importância de averiguar as práticas atuais destas instituições na construção de transparência por meio de portais eletrônicos. Em especial das maiores de sua espécie, que recebem uma responsabilidade proporcional à sua influência, e que possivelmente sirvam de exemplo para seus pares de menor porte. Assim, o estudo teve por objetivo investigar a capacidade dos portais eletrônicos das maiores ONGs mundiais enquanto promotores de construção de transparência. Para tanto, a próxima seção contempla a construção do referencial teórico. Em seguida, discorre-se a respeito dos procedimentos metodológicos adotados. Após, são apresentados os resultados alcançados e as conclusões decorrentes do estudo realizado.

## 2 Construção do Referencial Teórico

### 2.1 Organizações Não Governamentais

Muito se discute sobre definições como sociedade civil, ONG, NPO (Organizações sem fins lucrativos, na sigla em inglês), PVO (Organização de voluntários privada),

filantropia, entre outros, sem, entretanto, haver um consenso (VAKIL, 1997). O mesmo autor, em sua obra sobre a taxonomia destas organizações, aponta três abordagens para o enquadramento de quais organizações serão consideradas sob quais siglas. Discorre o autor que é possível ignorar a discussão, deixando para o leitor a interpretação de quais seriam as organizações que poderiam se beneficiar com o estudo. Duas outras opções também seriam possíveis: a primeira consiste em propor uma definição específica para o caso em estudo; a segunda refere-se a uma discussão mais abrangente sobre a taxonomia destas instituições.

Uma das definições mais simples e difundidas de ONGs é apresentada pelo Instituto Pró Bono (2013 p. 8): “entidades de natureza privada sem fins lucrativos”. Apesar de ser considerada uma definição simples, o conceito é abrangente, incluindo partidos políticos, organizações com fins religiosos, associações recreativas, dentre outros. Uma definição mais abrangente é proposta por Sunkin, Bridges e Meszaros (1993, p. 108, tradução nossa), como “organizações constituídas privativamente – sejam elas companhias, profissionais, do comércio e organizações voluntárias, ou caritativas – que possam ou não gerar lucros.”

Para Gordenker e Weiss (1995), a caracterização como ONG requer o atendimento a quatro requisitos: ser uma entidade privada, auto-governada, formalizada e sem fins lucrativos. Apesar de ser um pouco mais criterioso, percebe-se que o autor abriu mão de discutir áreas de atuação das organizações, tal como no conceito anterior.

Vakil (1997) ao revisar o conceito apresentado por Gordenker e Weiss (1995), propõe a substituição da formalização como requisito, por organizações que objetivam a melhoria da qualidade de vida dos desfavorecidos. Ao retirar o requisito de formalização, o autor retira um dos fatores de diferenciação das ONGs em relação a outras organizações da sociedade civil, como explicam Bebbington e Collison (2006).

Para o Banco Mundial, as ONGs consistem em organizações privadas que desempenham ações para aliviar o sofrimento, promover os interesses dos pobres, proteger o ambiente, prover serviços sociais básicos ou buscar desenvolvimento comunitário (THE WORLD BANK GROUP, 1989, tradução nossa). Percebe-se nesta definição uma expressão mais clara do propósito destas organizações. Já para o braço legal da ONU, o *United Nations Rule Of Law* (2013, tradução nossa):

uma Organização Não Governamental (ONG, também comumente referida como "Organização da Sociedade Civil" ou OSC) é um grupo sem fins lucrativos, essencialmente independente de governos, que está organizado em nível local, nacional ou internacional para abordar questões para o suporte do bem público. Orientadas para tarefas e formadas por pessoas com um interesse comum, ONGs executam uma variedade de serviços e funções humanitárias, levar os anseios públicos aos governos, monitorar políticas e implementação e programas, e estimular a participação de stakeholders da sociedade civil no nível comunitário. Algumas são organizadas sobre temas específicos, como direitos humanos.

É importante esclarecer a relação entre os termos ONG e sociedade civil. Embora haja uma discussão sobre o assunto, as definições apresentadas por Bebbington e Collison (2006) têm em comum o fato de que a sociedade civil estaria em um espaço entre a estrutura familiar, o mercado e o Estado, sendo as ONGs apenas uma das formas de organizações da sociedade civil. Outro ponto de discussão é levantado por Salamon e Anheier (1997) no tocante ao registro, visando obter o *status* de ONG, como sendo um requisito para enquadrar uma organização sob esta chancela. Gray, Bebbington e Collison (2006), em contrapartida, alertam que existem organizações que podem vir a ter este tipo de *status* concedido, sem de fato realizar atividades comuns às ONGs, e vice-versa.

## **2.2 Accountability e transparência em ONGs**

Neste trabalho fez-se o uso do termo anglófono *accountability*, em vista da impossibilidade de traduzir seu completo significado à língua portuguesa, decorrente de fatores sócio-político-culturais, além de linguísticos, conforme discutido por Campos (1990).

Vale comentar o trabalho de Pinho e Sacramento (2009), em que os autores investigaram as mudanças ocorridas na sociedade desde a investigação de Campos (1990), inferindo que estas são ainda insuficientes para a construção de uma ideia de *accountability* própria ao arcabouço linguístico lusófono.

Quanto ao seu significado, existe uma volumosa discussão teórica (CENEVIVA, 2006). Inicialmente, apresentamos a visão de Akutsu e Pinho (2002), em que a *accountability* acontece quando da delegação de responsabilidade sobre a gestão recursos de uma parte à outra, enquanto esta se obriga a prestar contas e mostrar o bom uso dos recursos a ela confiados. Este conceito refere-se a prestação de contas às entidades financiadoras da organização, tanto privadas como doadores individuais, empresas ou mesmo outras ONGs, quanto órgãos estatais. Jordan (2005) aponta que é possível indicar pelo menos mais quatro *stakeholders* pertinentes: o público em geral, os colaboradores da organização, outras organizações e os beneficiários da mesma.

Edwards e Hulme (1996, p. 967, tradução nossa) definem *accountability* como sendo “os meios pelos quais indivíduos e organizações reportam à autoridade reconhecida e são responsabilizados por suas ações.”. Desta visão, destaca-se o termo “autoridade reconhecida”, permitindo múltiplas interpretações. Já Goetz e Jenkins (2002, p.5, tradução nossa) ampliam o conceito como sendo “a relação entre A e B, onde A deve explicar suas ações à B, e onde aquele pode ser adversamente afetado por B caso este não esteja satisfeito com o apresentado”.

Os mecanismos de *accountability* no âmbito das Organizações Não Governamentais, por sua vez, são apresentados por Ebrahim (2003) em cinco categorias, a saber: Relatórios – de natureza operacional ou financeira, de exigência legal ou não, sendo o tipo mais comum de instrumento de *accountability*; Avaliação de performance – avaliações externas ou internas, as várias formas de avaliação que incluem performance e impacto, são também bastante utilizadas; Participação – diferente dos mecanismos anteriores, este é um processo ao invés de uma instrumento, e significa envolver o público nos trabalhos da ONG, e existe em quatro níveis: Consultativo, Interativo, Negociativo e iniciativa independente; Auto-regulação – estão incluídos neste item os códigos e padrões de conduta; e Auditoria social – é o processo que envolve os mecanismos anteriores e busca uma abordagem, relato e melhoria de sua performance social e comportamento ético.

Quando relacionada à esfera pública, pode ser tratada por *accountability* pública. Paul explica em seu trabalho sobre o incremento desta nos países em desenvolvimento (1991, tradução nossa), que a *accountability* pública se refere ao espectro de abordagens, mecanismos e práticas utilizadas pelos *stakeholders* preocupados com o serviço público para garantir um nível e tipo desejados de desempenho. Ela cobre não somente as políticas subjacentes à *accountability*, mas também o sistema institucional que opera em um país para motivar os prestadores de serviços (agentes) a entregar o tipo e nível necessários de desempenho.

Percebe-se que as ONGs, como parte importante da sociedade civil, acabam por exercer relevante influência no processo de *accountability* pública. De fato, Cannon (2013) afirma que existe na literatura uma divisão dos conceitos de ONGs de defesa de direitos, sejam aquelas que demandam, recomendam ou suportam determinadas políticas públicas, e as operacionais, que executam programas de desenvolvimento social. Assim, pode-se entender que muitas ONGs da primeira categoria participam do processo de *accountability* pública.

É possível entender que a crescente demanda por *accountability* das ONGs gere um aumento da demanda de transparência das mesmas. Este aumento é percebido em relação às organizações nacionais (RANGEL, 2010), bem como às de cunho internacional (LARA, 2008). A transparência é considerada um dos elementos contribuintes à construção da *accountability* (RAUPP, 2011), senão um pré-requisito (BURGER; OWENS, 2008).

A transparência é entendida por Koppel (2005) como sendo a ideia de que burocratas e organizações responsáveis devem explicar ou prestar contas de suas ações. A relação com a *accountability* pode ser percebida em relação à definição anteriormente apresentada de Goetz e Jenkins (2002 p. 5, tradução nossa), onde a transparência é o momento em que “A deve explicar suas ações a B”.

Cappelli e Leite (2008) propõem que transparência seja “[...] a existência de políticas organizacionais que visam fornecer aos interessados informações sobre a organização segundo características gerais de acesso, uso, apresentação, entendimento e auditabilidade.” Para Edwards e Hulme (1996), a transparência da organização está intimamente ligada à sua legitimidade, em especial para aquelas ONGs que são estrangeiras à comunidade que buscam auxiliar, pois a comunidade beneficiada é normalmente a fonte de legitimidade destas instituições.

Quanto aos instrumentos de transparência, Oliveira (2009) apresenta a existência de prestações de contas financeiras e não financeiras, sendo a primeira relativa ao uso dos recursos captados, enquanto a segunda concentra-se nos resultados atingidos. Além disso, também é possível distinguir relatórios e prestações de contas nas categorias de resultados e impactos. Resultados estão ligados aos produtos das ações no curto prazo, e também à ideia de eficiência, ou seja, relação entre o quanto custou e o desfecho da ação. Já impactos, por sua vez, estão relacionados aos efeitos de longo prazo obtidos pela contínua atuação da organização na comunidade, trazendo consigo também a ideia de efetividade, ou seja, de mudanças duradouras (ROCHE, 1999).

### **2.3 Portais eletrônicos**

O avanço das TIC no século XX levou à criação da telemática, e, conseqüentemente, sua maior representante, a rede mundial de computadores, ou internet. A internet vem crescendo exponencialmente nos últimos anos, levando ao que Bonsón e Flores (2011) descrevem como uma democratização da rede, permitindo que organizações provejam informações em maior quantidade e qualidade, para um público maior, enquanto estes têm cada vez mais capacidade de resposta. Entre as vantagens deste meio, podemos citar sua disponibilidade, acessibilidade e baixo custo (BONSÓN-PONTE; ESCOBAR-RODRÍGUEZ; FLORES-MUÑOZ, 2006). Desta forma, representa uma excelente forma de contato entre uma organização e seus *stakeholders* (WATERS, 2007).

Akutso e Pinho (2002) percebem que estas mudanças podem levar a uma sociedade mais democrática, no que Bonsón e Flores (2010) já percebem o mundo em uma democratização tecnológica. Sorj (2003) aponta que estas mudanças e impactos levam à usual descrição de nossa situação atual como sociedade da informação, embora aponte que, cientificamente, é um termo vago, visto que em todas as sociedades a informação seja relevante. A sociedade da informação é engendrada no encontro da tecnologia das telecomunicações com a tecnologia computacional. As transformações sociais que temos presenciado apontam principalmente em direção à sociedade da informação, estando esta ainda baseada no paradigma da tecnologia da informação (RAUPP, 2011).

Entretanto, é importante ressaltar que as mudanças na sociedade não se deram em decorrência única do advento da telemática, da qual a internet é o principal instrumento. Sorj (2003) a aponta como catalisador de mudanças sociais que já vinham ocorrendo, como a tendência à flexibilização do trabalho e da produção, a desmaterialização da produção, a transformação do setor de serviços no núcleo dinâmico do sistema produtivo, entre outras.

A principal forma de acesso à web é via páginas da internet. Um portal é uma página possuidora de intenso tráfego de visitantes, que serve como canal de serviços, canal de comunicação multimídia e ambiente para interação (RAUPP, 2011) que, se utilizado de forma eficiente pela organização, é um importante instrumento para a comunicação com seu público

(KANG; NORTON, 2004). Entretanto, o estudo de Kang e Norton (2004) mostra que as ONGs estão longe de utilizar seus portais de maneira eficiente, independentemente, inclusive, de seu porte financeiro. Afirmam que a internet pode equalizar a situação entre pequenas e grandes ONGs no que tange à arrecadação de doações.

#### **2.4 Trabalhos anteriores**

Dentre os trabalhos identificados, Waters (2007) apresenta sua análise de *accountability*, estratégias de arrecadação e comunicação interativa dos portais eletrônicos de ONGs. Neste caso, foi analisada uma amostra probabilística estratificada das 400 maiores Entidades Filantrópicas dos Estados Unidos segundo a revista *The Chronicle of Philanthropy*. As filantropias que estavam entre as 100 maiores tendem a disponibilizar alguns itens de transparência, como relatórios anuais e objetivos organizacionais, enquanto aquelas presentes no grupo seguinte (101<sup>a</sup> à 200<sup>a</sup>) tendem a ter uma abordagem mais promocional, usando tecnologias e terminologias do *e-commerce*. Entretanto, concluem os autores que estas entidades não usam a internet objetivando a criação de relacionamentos com seus doadores.

Kang e Norton (2004) investigaram as 100 maiores ONGs dos Estados Unidos, desta vez compiladas pela *NonProfit Times*, jornal voltado às notícias do terceiro setor e seus gestores. Buscaram avaliar a estrutura dos portais no que tange a eficiência da comunicação e a construção de um relacionamento com seus *stakeholders*, em especial o público amplo. Observaram que 81,3% dos portais apresentavam as declarações de políticas das organizações visando o alcance de seus objetivos. Ainda, 74% apresentavam seus relatórios anuais, e menos de 10% dos portais incluíam instrumentos de comunicação interativa. A maioria das instituições de fato usa a rede de forma sistemática para se comunicar com o público, utilizando-se de interfaces amigáveis, embora pouco se utilizem dos recursos *web* com o intuito de atrair novos doadores.

Em âmbito nacional, a pesquisa de Rangel (2010), contratada pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), avaliou similarmente um universo de instituições que possuíam seu portal registrado nesta, totalizando 226 portais avaliados. Seus resultados revelam que 82% utilizam a internet de forma sistemática, sendo que menos de 90% apresentavam informações como missão, valores, princípios, projetos realizados e em andamento, e menos de 5% apresentaram balanço social ou documentos fiscais e tributários.

A pesquisa de Rodríguez, Pérez e Godoy (2012) utilizou-se de uma amostra inicial de 130 ONGs espanholas, as quais foram voluntariamente avaliadas pela Fundación Lealtad no quesito transparência. Ressaltam o fato de as organizações terem se disponibilizado voluntariamente à fundação, apontando que estas representam ONGs que se preocupam com o assunto. Apenas sete destas foram retiradas da amostra, duas por não possuírem um portal e cinco por cessarem seu elo com a referida fundação. Como resultado, encontrou um IDI (Índice de prestação de informações, na sigla inglesa) médio de 30,3%. Do conteúdo encontrado, a maior parte é relativa às suas atividades (52,24%), deixando de lado aspectos econômicos e organizacionais.

Oliveira (2009, p. 16) investigou “como as ONGs prestam contas de suas atividades e qual o papel da contabilidade na elaboração das prestações de contas dessas entidades”. Na pesquisa de campo foram investigados 205 sítios eletrônicos retirados de uma base de dados de 269 endereços, dos quais 171 pertenciam ao anteriormente citado banco de dados da ABONG. Outros sítios foram encontrados através de busca via mecanismo de pesquisa da Google. Percebeu-se que apenas 25,37% dos sítios apresentaram algum tipo de prestação de contas, e, destes, apenas 51% apresentou simultaneamente dados financeiros e não financeiros.

Já o trabalho de Zittei, Politelo e Scarpin (2006), consistiu em uma pesquisa descritiva

de uma população de 76 organizações do terceiro setor participantes do projeto “Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil” coordenado pela ONG Parceiros Voluntários e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Destas 76, retirou-se uma amostra de 15 que possuíam suas demonstrações contábeis expostas em seus portais. Perceberam que menos da metade (47%) das entidades avaliadas apresentavam balanço patrimonial e demonstrativo de resultados ao final do período, e menos ainda (40%) apresentavam comparativos entre exercícios, e que 60% das entidades não se mostraram preocupadas em distinguir os relatórios contábeis de seus outros relatórios, embora 87% discriminem suas principais atividades e operações. Inferiram que os participantes do projeto que possuíam informações disponíveis em seus portais apresentavam um índice de evidenciação médio de 27%, indicando que estas organizações atendem parcialmente à norma. Entendem que estas instituições não percebem a importância da prestação de contas e transparência do setor.

### 3 Metodologia da Pesquisa

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de caráter quantitativo-descritivo, ou seja, de pesquisa empírica visando o retrato e análise de fatos (TRIPODI et al. 1975). O universo foi definido como as 100 maiores ONGs do mundo, segundo a revista *Global*, edição de fevereiro de 2013 (GLOBAL, 2013). A opção deste grupo para o estudo deve-se, em primeiro lugar, ao fato de ser uma das poucas, senão única, listagem do gênero a abranger organizações em âmbito global. Como comparação, citamos a listagem utilizada por Rangel (2010), que aponta as entidades associadas à Associação Brasileira de ONGs e a utilizada por Waters (2007), que apresenta apenas entidades estado-unidenses. Como segunda razão, na apresentação da metodologia utilizada nesta edição do *ranking*, Cannon (2013) relata que parte da avaliação sobre a representatividade das participantes incluía a questão da transparência. Desta forma, puderam-se avaliar organizações que, *a priori*, estão preocupadas com a questão da *accountability*. Uma terceira razão deve-se ao tamanho destas entidades e a abrangência de suas operações, sendo razoável acreditar que todas possuirão um portal para ser avaliado.

Uma limitação desta listagem é que ela foi obtida a partir de uma seleção entre aproximadamente 450 organizações (CANNON, 2013) candidatas, ou seja, a listagem não pode ser utilizada como representação de todas as ONGs existentes no globo, pois inclui apenas organizações que optaram por participar do processo e serem avaliadas. Das 100 organizações que compõem a lista, entretanto, foram subtraídas aquelas cujos portais estavam apresentados exclusivamente em outras línguas que não o inglês. Isso se deve, em primeiro lugar, pelo caráter internacional da língua inglesa. Este caráter pode ser mais facilmente explicado através dos doze pontos listados pelo *The British Council* (2013, p. 8, tradução nossa) sobre o uso da língua inglesa no final do séc. XX: língua de trabalho de organizações e conferências internacionais; publicações científicas; operações financeiras, econômicas, e de comércio internacionais; publicidade de marcas globais; produtos culturais audiovisuais (como cinema, TV e música pop); turismo internacional; educação terciária; segurança internacional (como linguagem do mar ou do ar); direito internacional; como língua intermediária para interpretação e tradução; transferência de tecnologia; e comunicação via internet. Ademais, poder-se-ia recorrer a ferramentas de tradução para avaliar sites em outras línguas, entretanto, a confiabilidade das ferramentas de tradução *online* varia de língua para língua, o que poderia gerar um viés deturpando a veracidade da averiguação. Também foram excluídos os sites que não tem opção em língua inglesa mesmo este estando em português ou outra língua dominada pelo autor, por uma questão de isonomia entre os avaliados.

Em termos de instrumento de avaliação, considerou-se o instrumento proposto por Rodríguez, Pérez e Godoy (2012) como sendo o mais robusto e, ao mesmo tempo, generalista

o suficiente para permitir a avaliação de instituições de diferentes nacionalidades. Para a coleta dos dados foi utilizada uma avaliação empírica similar à ferramenta de protocolo de avaliação, proposta por Creswell (2007). Entretanto, foi utilizada apenas a parte descritiva, buscando evidenciar a presença ou não dos itens propostos. Para aumentar a eficiência e segurança da avaliação, os itens propostos foram traduzidos em um questionário *online*, utilizando-se da ferramenta Google Drive, que permitiu que o avaliador anotasse suas observações com facilidade.

Foram utilizadas diversas abordagens para avaliar os portais: procura manual, mecanismos de pesquisa do site, mapa do site, e busca em arquivos disponibilizados para *download*. Neste aspecto, é importante ressaltar os termos utilizados quando o portal oferecia ferramenta de busca, que foram usados de forma independente e/ou combinada: *annual, audit, board, decision, directors, donor, financial, funder, interest, logo, meeting, policy, project, report, supplier, volunteer, plan, mission, vision, licensing*.

As questões apresentadas foram avaliadas atribuindo-se valores de zero ou um, sendo o primeiro para ausência do item no portal e o segundo para presença. Com base nestes valores, foram analisados os resultados. Para o cálculo do Índice de Transparência *Online*, foram somados os valores atribuídos a todos os itens. Na sequência, o valor foi dividido por 29, que é o total de itens, gerando um valor porcentual. No caso dos dois primeiros itens do questionário, que possuem subitens, o valor do item foi igual à média de seus subitens.

Além do índice, foram analisados os subgrupos propostos no questionário, de forma descritiva, sejam eles os indicadores de transparência organizacional *online*, transparência *online* das atividades e transparência econômica *online*. É importante ressaltar que o ordenamento das 100 organizações não possui o rigor científico (CANNON, 2013), e portanto foi desconsiderado para a avaliação dos dados.

## 4 Resultados da Pesquisa

Nesta seção são apresentadas as análises dos portais das 100 maiores ONGs mundiais, segundo o *Global Journal*, conforme metodologia anteriormente apresentada. As avaliações ocorreram entre os dias 13 de abril e 10 de julho de 2013.

### 4.1 Apresentação das ONGs

As organizações presentes na edição 2013 do top 100 ONGs do mundo, realizado pelo *Global Journal*, são bastante variadas. Existem ONGs de defesa de direitos, ONGs operacionais, ONGs baseadas em países desenvolvidos e outras em países em desenvolvimento etc. Uma lista das principais atuações e as organizações consideradas “top” pela revista foi traduzida e se encontra no quadro 1. Entretanto, é importante ressaltar que todas as organizações possuíam atividades em âmbito internacional, sejam de arrecadação, de aplicação de fundos ou de parcerias.

Desenvolvimento	BRAC, <i>Acumen Fund, Mercy Corps</i>
Direito e justiça	<i>Transparency International, International Center for Transitional Justice, International Commission of Jurists</i>
Direitos humanos	Landessa, <i>Human Rights Watch, Amnesty International</i>
Educação	Fundação Wikimedia, <i>Barefoot College, Room to Read</i>
Infância e juventude	Fundação Akshaya Patra, Aflatoun, <i>Save the Children</i>
Meio ambiente	Ceres, Rare, <i>Water for People</i>
Moradia	<i>Common Ground, Habitat for Humanity, Architecture for Humanity</i>
Promoção da paz	<i>Cure Violence, Apopo, Search for Common Gorund</i>
Saúde	<i>Partners in Health, Chai, Amref</i>
Serviços humanitários	<i>Danish Refugee Council, Care International, Médecins sans Frontières</i>
Tecnologia	<i>FrontlineSMS, Cambia, Code for America</i>

## Quadro 1: Principais ONGs por área de atuação

Fonte: adaptado de Global (2013)

### 4.2 Transparência *online* das ONGs

Conforme definido anteriormente, apenas os portais em língua inglesa foram avaliados. No total, cinco portais não foram avaliados, dentre os cem, por não preencherem este requisito. Além disso, um das ONGs da lista é um projeto executado por duas outras ONGs, e não tem portal próprio, o que reduziu o universo da pesquisa a 94 entidades.

As tabelas a seguir apresentam os resultados da frequência com que os itens do questionário foram encontrados. Cada tabela apresenta um bloco de indicadores, bem como a média dos itens do bloco. Na tabela 1 são apresentados os itens relativos ao primeiro grupo de indicadores, relativos à transparência da estrutura organizacional das ONGs.

<b>1. Transparência organizacional <i>online</i></b>	<b>21,76 %</b>
a. Provêm informações em seu portal?	8,51 %
a.1. É público o número de reuniões anuais do conselho?	19,15 %
a.2. São públicos os assuntos discutidos nas reuniões anuais do conselho?	3,19 %
a.3. São públicas as decisões tomadas pelo conselho públicas?	3,19 %
b. Informações sobre os membros do conselho:	46,60 %
b.1. São públicos os nomes dos membros do conselho e equipe administrativa?	88,30 %
b.2. São públicas as profissões e posições públicas dos membros do conselho?	79,79 %
b.3. São públicas as relações familiares e relacionamentos dos membros do conselho e equipe administrativa?	1,06 %
b.4. É público o curriculum vitae da equipe administrativa?	62,77 %
b.5. São públicos os relacionamentos entre membros do conselho e fornecedores e co-organizadores de atividades?	1,06 %
c. É pública a renovação dos membros do conselho?	19,15 %
d. são públicas as políticas para evitar conflitos de interesse entre os membros do conselho	12,77 %

**Tabela 1: Transparência organizacional *online***

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Neste primeiro bloco foram tratados aspectos da estrutura organizacional das ONGs, em que os portais pesquisados apresentaram média de 21,76%, com desvio padrão de 18,40, indicando que, salvo alguns *outliers*, esta categoria apresenta-se bastante negligenciada. O destaque desta categoria vai para a Fundação Wikimedia, que apresentou 90% de aderência. Em compensação, cinco organizações obtiveram aderência nula, ou seja, não foi identificada a presença de nenhum dos itens em seus *websites*.

Destaca-se a publicidade das políticas contra conflito de interesses, representadas pelo indicador '1.d', encontrada em apenas 12,77% dos portais, não por ser o mais baixo ou o mais alto, mas por estar intimamente ligado a uma das 5 principais formas de buscar uma melhoria da *accountability*, a auto-regulação, conforme explica Ebrahim (2008). Na tabela 2 são apresentados os itens relativos ao segundo grupo de indicadores, que tratam das informações acerca da execução de suas atividades.

<b>2. Transparência <i>online</i> de atividades</b>	<b>56,12 %</b>
a. São públicos os objetivos sociais?	93,62 %
b. A informação apresentada sobre os objetivos sociais é clara e em acordo com as atividades executadas e seus beneficiários?	92,55 %
c. É público o planejamento estratégico?	27,66 %
d. É público o planejamento anual?	7,45 %
e. São públicos os relatórios de monitoramento e justificativa dos projetos?	87,23 %
f. São públicos os critérios e o processo de seleção de projetos e parceiros aprovados pelo conselho?	11,70 %
g. São públicos os relatórios anuais?	74,47 %

h. São públicas as informações sobre atividades que os voluntários podem realizar?	54,26 %
--	---------

**Tabela 2: Transparência online de atividades**

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

O grupo ‘transparência online de atividades’ fora o que apresentou maior média, sugerindo que as ONGs priorizem a apresentação de suas ações e seu envolvimento com a comunidade, o que segue a tendência da pesquisa de Gutiérrez-Nieto, Fuertes-Callén e Serrano-Cinca (2008), em que a caracterização de ONG influencia positivamente a disponibilização de informações sociais em detrimento das financeiras. O resultado obtido é próximo ao de Rodríguez, Pérez e Godoy (2012), que obtiveram 52,24%. Este grupo apresentou um desvio padrão de 16,57. Os destaques desta categoria são a *Transparency International*, a *MercyCorps*, a *Riders for Health* e o *International Planned Parenthood Federation*, todos com um resultado de 87,5%. Esta categoria apresentou apenas uma organização com aderência nula.

Acerca do indicador ‘2.f’, cabe ressaltar que algumas organizações trabalham com apenas um projeto, o que torna desnecessário um processo formalizado para seleção de projetos. Entretanto, apenas 11,70% fizeram menção à seleção de parceiros, que é especialmente importante para organizações internacionais, pois estas se associam com frequência a organizações locais para a operacionalização de suas atividades (VAKIL, 1997).

A categoria 3, ‘Transparência econômica online’, está dividida em dois subgrupos, conforme metodologia original dos formuladores do instrumento. A tabela 3 apresenta o primeiro subgrupo com assuntos relacionados à origem dos fundos das organizações.

<b>3.1. Transparência de informação financeira</b>	<b>31,56 %</b>
a. São públicos os custos anuais com arrecadações públicas e privadas?	5,32 %
b. É pública a arrecadação anual?	79,79 %
c. São públicas as informações sobre os principais doadores, públicos e privados, e as quantias por eles doadas?	37,23 %
d. É pública a alocação dos fundos arrecadados em cada atividade?	2,13 %
e. É pública a política de privacidade de membros e doadores?	62,77 %
f. São públicas as informações sobre as cláusulas de licenciamento do logo para companhias e instituições?	2,13 %

**Tabela 3: Transparência de informações financeiras**

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Este subgrupo, tendo um desvio padrão de 18,03, apresentou 12 casos de aderência nula, ou seja, 12,76% dos portais pesquisados não possuíam sequer informações sobre suas arrecadações. Apesar disso, sua média ficou próxima a evidenciada por Rodríguez, Pérez e Godoy (2012) para as ONGs espanholas: 29,13%.

Duas questões destacam-se neste subgrupo. Primeiramente, existem organizações que se apoiam exclusivamente em um tipo de arrecadação: pública ou privada, o que influencia além do indicador ‘3.1.a’, a forma como estas tratam a transparência de forma geral, como expõe Edwards e Hulme (1996). A segunda relaciona-se ao item ‘3.1.f’, que se refere a uma prática que pode não só atrair fundos, mas também contribuir para a imagem da organização. A próxima tabela trata da forma como os recursos acima tratados foram ou serão gastos pela organização:

<b>3.2 Transparência no uso de recursos financeiros</b>	<b>30,56 %</b>
a. É público o agrupamento do custo operacional em três categorias: arrecadação, atividades dos programas e organização e organização?	59,57 %
b. É pública a informação sobre os fundos aplicados por cada projeto e área de trabalho?	56,38 %
c. São públicos os nomes dos principais fornecedores?	0,00 %
d. São públicas os nomes das entidades que participam na organização das atividades da ONG	53,19 %

e. São públicas as políticas de gastos?	4,26 %
f. São públicos os critérios de seleção de fornecedores?	1,06 %
g. É público o orçamento do ano seguinte com um relatório explicativo?	2,13 %
h. É público o orçamento do ano anterior?	5,32 %
i. Existe alguma informação sobre o sistema de rastreamento de fundos dos doadores no portal?	12,77 %
j. É público o relatório econômico anual?	80,85 %
k. É público o relatório de auditoria?	60,64 %

**Tabela 4: Transparência no uso de recursos financeiros**

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Neste subgrupo, que apresentou desvio padrão de 15,53, seis casos apresentaram aderência nula. Já na comparação com as ONGs espanholas, obtiveram certa vantagem sobre os 20,33% apresentados por estas (RODRÍGUEZ; PÉREZ; GODOY, 2012). Cabe destacar o indicador ‘3.2.k’, que obteve um resultado de quase dois terços dos portais avaliados, o que pode representar uma preocupação com a transparência e *accountability*, sendo as auditorias consideradas um importante instrumento para a construção da *accountability*, conforme postulado por Ebrahim (2003).

Como resultado dos dados apresentados, a ‘Transparência econômica *Online*’ obteve um resultado de 30,56%. Os resultados foram superiores aos apresentados por Rodríguez, Pérez e Godoy (2012), de apenas 23,43%. Além disso, apresentaram um desvio padrão próximo ao da média geral, 15,18, tendo apenas um resultado acima de 60%, registrado pelo portal da Fundação Wikimedia, que também foi destaque nos subgrupos.

O índice de transparência *online*, resultado da média dos indicadores apresentados nas tabelas 1 a 4, foi de 36,60%, sendo superior ao apresentado por Rodríguez, Pérez e Godoy (2012), que em sua pesquisa com ONGs espanholas encontrou uma média de 30,03%. É necessário apontar que o valor médio obtido teve um desvio padrão de 12,99. O resultado mais alto, 74,47%, foi obtido pela Fundação Wikimedia, o que pode ter relação com o fato de que parte de sua missão é tornar o conhecimento disponível a todos (WIKIMEDIA, 2013).

#### 4.3 Indicadores com ocorrência baixa ou nula

Apenas o item ‘3.2 c’, que trata da divulgação dos principais fornecedores, não foi identificado em nenhum portal, como pôde ser percebido na apresentação dos dados. Este item destacasse ainda mais, quando em perspectiva com o trabalho de Rodríguez, Pérez e Godoy (2012), que encontrou para o mesmo item uma frequência de 10,57%. Uma possível explicação pode estar no fato de que ONGs internacionais de grande porte têm dificuldade de atuar diretamente em nível local, normalmente recorrendo a parcerias com organizações menores (VAKIL, 1997). O mesmo raciocínio pode ser aplicado a ONGs de ativismo político, de pesquisa ou de serviços que não envolvam grandes gastos com material. Isso não justifica a não apresentação dos indicadores, mas pode explicar o porquê de estas organizações não delegarem devida atenção a seus fornecedores, ou não julgarem necessário tornar esta informação pública em seus portais.

Além disso, destacamos os três indicadores com menor ocorrência, todos apresentando 1,06%, o que significa apenas uma ocorrência. São eles o item ‘3.2 f’ que trata do critério de seleção de fornecedores, e os subitens ‘1.b.5’ e ‘1.b.3’, que tratam, respectivamente, das relações dos membros do conselho com fornecedores e relações familiares de membros do conselho e corpo administrativo.

#### 4.4 Indicadores com maior ocorrência

Os cinco indicadores que apresentaram maior frequência, todos superiores a 80%, em ordem decrescente, são: ‘2.a’; ‘2.b’; ‘1.b.1’; ‘2.e’; ‘3.2.j’. Os indicadores ‘2.a’ e ‘2.b’ estão relacionados aos objetivos organizacionais da ONG. Ao contrário do trabalho de Rodríguez,

Pérez e Godoy (2012), que revelou em ambos os casos 99,19% de frequência, no caso das ONGs internacionais houve uma diferença de 1,06 ponto percentual entre as questões, o que revela que uma das ONGs apresentou seu objetivo social de forma confusa e sem relação clara com o trabalho realizado.

Já o indicador ‘1.b.1’, que trata da publicidade dos nomes de membros do conselho diretivo e responsáveis administrativos, foi superior ao encontrado em ONGs espanholas, que apresentaram 78,05% (RODRÍGUEZ; PÉREZ; GODOY, 2012). Além disso, os dados acessórios a este subitem, representados pelos subitens ‘1.b.2’ e ‘1.b.4’, que se relacionam com o perfil dos diretores e dos funcionários, obtiveram valores próximos a este. Eles apresentaram, respectivamente, frequência de 79,79% e 62,77%.

Quanto ao indicador ‘2.e’, este provavelmente teve um incremento devido à decisão metodológica de considerar apenas a parte de justificativa dos projetos. Já o indicador ‘3.2.j’ apresentou um diferencial em comparação com a pesquisa de Rodríguez, Pérez e Godoy (2012), que apresentou ocorrência de apenas 48,78%.

#### 4.5 Resultados comparados

A tabela 5 apresenta as frequências de itens que tiveram resultados mais díspares em comparação com a pesquisa realizada por Rodríguez, Pérez e Godoy (2012). Esta comparação permite analisar as principais diferenças entre os portais das ONGs espanholas e de ONGs internacionais. Vale notar que quatro dentre os cinco indicadores apresentados são de resultados com maior ocorrência por parte das ONGs internacionais.

Indicadores	ONGs internacionais	ONGs espanholas
1.b.2. São públicas as profissões e posições públicas dos membros do conselho?	79,79%	17,89%
1.b.4. É público o <i>curriculum vitae</i> da equipe administrativa?	62,77%	10,57%
3.2.a. É público o agrupamento do custo operacional em três categorias: arrecadação, atividades dos programas e organização e organização?	59,57%	9,76%
3.1.d. É pública a alocação dos fundos arrecadados em cada atividade?	2,13%	34,96%
3.2.j. É público o relatório econômico anual?	80,85%	48,78%

**Tabela 5: Maiores disparidades entre ONGs internacionais e espanholas**

Fonte: Dados da pesquisa (2013) e de Rodríguez, Pérez e Godoy (2012).

Percebe-se que uma significativa diferença aparece na cobrança relativa aos responsáveis da instituição, representados pelos subitens ‘1.b.2’ e ‘1.b.4’. Uma possível explicação encontra-se no trabalho de Unerman e O’Dwyer (2006), que destacam que ONGs menores proporcionam uma maior oportunidade de doadores, beneficiários e outros *stakeholders* terem contato com as lideranças, visto que estas organizações normalmente atuam em sua própria comunidade. Isso leva, segundo estes autores, a uma menor formalidade nos processos de *accountability*. Em relação às ONGs internacionais, a dificuldade de ter contato com as lideranças fica ainda maior, o que pode explicar a preocupação das ONGs internacionais em sanar tal dificuldade. Já o terceiro indicador apresentado trata da forma como são apresentados os dados financeiros, e pode nos levar a entender que este padrão não é muito difundido entre as ONGs espanholas.

Embora o último indicador possa se beneficiar da explicação relativa aos dois primeiros, é o quarto que suscita maiores questionamentos. Vale notar que nos relatórios financeiros apresentados é comum a presença de uma divisão entre recursos restritos e irrestritos, conforme propõe a *Financial Accounting Foundation* (2013), que designa quais valores são destinados a um projeto específico, ou são de uso livre. Entretanto, nas ONGs internacionais não foram encontrados os detalhes destas restrições, possivelmente devido ao elevado número de doadores.

A tabela 6 apresenta os resultados que foram mais próximos para ambos os universos pesquisados, podendo ser percebida uma maior congruência em indicadores pouco encontrados em seus portais, representando uma oportunidade de melhoria para muitas ONGs internacionais e espanholas.

Indicadores	ONGs internacionais	ONGs espanholas
1.a.2. São públicos os assuntos discutidos nas reuniões anuais do conselho?	3,19%	3,25%
3.1.f. São públicas as informações sobre as cláusulas de licenciamento do logo para companhias e instituições?	2,13%	1,63%
3.2.g. É público o orçamento do ano seguinte com um relatório explicativo?	2,13%	1,63%
1.a.1. É público o número de reuniões anuais do conselho?	19,15%	20,33%
1.c. É pública a renovação dos membros do conselho?	19,15%	17,89%

**Tabela 6: Maiores congruências entre ONGs internacionais e espanholas**

Fonte: Dados da pesquisa (2013) e de Rodríguez, Pérez e Godoy (2012).

Percebe-se que em ambos os casos existe pouca preocupação em apresentar transparência das atividades do conselho de diretores, considerados representantes e estrategistas das ONGs. Observa-se isso pela presença de três itens relativos ao conselho, '1.a.2', '1.a.1' e '1.c', sendo que apenas em ONGs espanholas a ocorrência destes indicadores ultrapassa um quinto do total.

Enquanto o segundo item da tabela já foi discutido anteriormente, o indicador '3.2.g' merece especial atenção. A possível tendência das ONGs de negligenciarem a publicação de informações pode se dar em razão do comprometimento que assumem quando divulgam um orçamento anual. Caso, por algum motivo, não consigam, podem ser vistos como maus gestores. O mesmo pode explicar a baixa aderência à publicação do planejamento anual (7,45%) e, se colocados em perspectiva com o indicador de publicidade do planejamento estratégico (27,66%), esta suposição vai ao encontro das ideias de Edwards e Hulme (1996), de que a pressão de doadores de todos os tipos leva as ONGs a focarem sua *accountability* em resultados de curto prazo.

Pôde-se perceber com os resultados apresentados que as ONGs internacionais seguem a tendência das espanholas (RODRÍGUEZ; PÉREZ; GODOY, 2012) de negligenciar a comunicação pública das atividades do conselho, mas são superiores em apresentar seus membros e equipe gestora. Em termos gerais, apresentaram boa transparência de atividades, em detrimento da financeira e organizacional.

## 5 Conclusões

Conclui-se que os portais eletrônicos das ONGs internacionais são potencialmente capazes em proporcionar condições para a construção de transparência, considerando os índices identificados. Esta capacidade potencial, no entanto, é pouco explorada, em face de uma média baixa dos índices de transparência percebidos. Essa constatação encontra-se amparo nas ideias de Gutiérrez-Nieto, Fuertes-Callén e Serrano-Cinca (2008) e Rodríguez, Pérez e Godoy (2012) de que organizações maiores tendem a ter melhores ações de transparência em seus portais. As principais ações que evidenciaram transparência das organizações estudadas estão relacionadas às atividades realizadas e as pessoas que as realizam. Poucas ações apresentaram transparência no sentido econômico, corroborando a tendência encontrada por Gutiérrez-Nieto, Fuertes-Callén, Serrano-Cinca (2008) e por Rodríguez, Pérez e Godoy (2012).

Em relação aos indicadores de transparência das ONGs em portais eletrônicos, encontrou-se um instrumento bastante robusto para esta avaliação. Entretanto, após a aplicação do instrumento, percebe-se que algumas melhorias podem ser empreendidas. Os subitens do item '1.a', que tratam dos encontros do conselho diretivo e seus conteúdos,

poderiam se tornar itens independentes, pois cada um deles é bastante diferente e possui ocorrências distintas, além de terem relevância equiparável aos outros itens do instrumento. Os subitens do Item '1.b' seriam reorganizados em apenas dois itens: "São públicos os nomes e currículos da equipe administrativa?" e "São públicos os nomes e profissões ou posições públicas dos membros do conselho?". Propõe-se isso, visto que são informações tão relevantes quanto às de outros itens. Além disso, os subitens relativos à publicidade das relações dos membros com fornecedores e outras partes poderiam ser excluídos, não por julgar isso irrelevante, mas por entender que há uma redundância em relação ao item '1.d', que demanda a publicidade da política de prevenção de conflitos de interesse.

Também considera-se necessário unificar os itens '2.a' e '2.b', pois entende-se que de nada sirva uma declaração dos objetivos da organização que não seja clara, ou relacionada às atividades. No caso da pesquisa de Rodríguez, Pérez e Godoy (2012), ambas obtiveram a mesma ocorrência, o que levaria a uma sobrevalorização deste quesito. No item '2.e', ler-se-ia "São públicos os relatórios justificando os projetos, bem como seus métodos de monitoramento?". A mudança de relatório para metodologia de monitoramento é proposta, pois os projetos bem sucedidos ou não já são apresentados no relatório anual, mas a forma de definir se estes projetos foram ou não bem sucedidos nem sempre é clara em um relatório de monitoramento.

## Referências

- AKUTSU, L.; PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p.723-745, set./out. 2002.
- BENDELL, J. **Detabting NGO accountability**. New York, Us: United Nations, 2006.
- BONSÓN, E.; FLORES, F. Social media and corporate dialogue: the response of global financial institutions. **Online Information Review**, Bingley, Uk, v. 35, n. 1, p.34-49, 2011.
- BONSÓN-PONTE, E.; ESCOBAR-RODRÍGUEZ, T.; FLORES-MUÑOZ, F. Online transparency of the banking sector. **Online Information Review**, Bingley, Uk, n., p.714-730, 2006.
- BURGER, R.; OWENS, T. **Promoting transparency in the NGO sector: examining the availability and reliability of selfreported data**. Nottingham: Centre For Research In Economic Development And International Trade, University Of Nottingham, 2008. Disponível em: <<http://www.nottingham.ac.uk/credit/documents/papers/08-11.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2013.
- CAMPOS, A. M. *Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?* **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, ano 24, n.2, p.30-50, fev./abr. 1990.
- CANNON, C. **Evaluating non-governmental organisations: an overview of the global journal's top 100 NGOs methodology in 2013**. Geneva: The Global Journal, 2013.
- CAPPELLI, C.; LEITE, J. C. S. do P. **Transparência de processos organizacionais**. In: Simpósio internacional de transparência nos negócios, 2, 2008, Niterói. **Anais**, Disponível em: <[http://www.latec.uff.br/transparencia/documentos/anais\\_transparencia2/T6\\_0115\\_0129.pdf](http://www.latec.uff.br/transparencia/documentos/anais_transparencia2/T6_0115_0129.pdf)>. Acesso em 23 de maio de 2013
- CENEVIVA, R. *Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente*. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, II, 2006, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- EBRAHIM, A. Accountability In practice: mechanisms for NGOs. **World Development**, Uk, v. 31, n. 5, p.813-829, 2003.
- EDWARDS, M.; HULME, D. Too close for comfort? The impact of official aid on

nongovernmental organizations. **World Development**, UK, v. 24 n. 6 p. 961-973, 1996

GLOBAL. The Top 100 NGOs 2013. Geneva: The Global Journal, v. 15, fev. 2013.

GODDARD, A.; ASSAD, M. J. Accounting and navigating legitimacy in Tanzanian NGOs. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Bingley, UK, v. 19, n. 3, p.377-404, 2006.

GOETZ, A. M.; JENKINS, R. **Voice, accountability and human development: the emergence of a new agenda**. New York: Human Development Report Office, 2002.

GORDENKER, L.; WEISS, T. G. Pluralising global governance: analytical approaches and dimensions. **Third World Quarterly**, New York, v. 16, n. 3, p.357-387, 1995.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J.; COLLISON, D. NGOs, civil society and accountability: making the people accountable to capital. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Bingley, UK, v. 19, n. 3, p.319-348, 2006.

GUTIÉRREZ-NIETO, Begoña; FUERTES-CALLÉN, Yolanda; SERRANO-CINCA, Carlos. Internet reporting in microfinance institutions. **Online Information Review**, Bingley, UK, v. 32, n. 3, p.415-436, 2008.

HART, T. R. EPhilanthropy: using the internet to build support. **International Journal Of Nonprofit And Voluntary Sector Marketing**, Hoboken, Us, v. 7, n. 4, p.353-360, 2002

INSTITUTO PRO BONO (Brasil). **Manual do terceiro setor**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/final/download/manualdoterceirosetor.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

JORDAN, L. **Mechanisms for NGO accountability**. Berlin: Global Public Policy Institute, 2005.

KANG, S.; NORTON, H. E. Nonprofit organizations' use of the World Wide Web: are they sufficiently fulfilling organizational goals?. **Public Relations Review**, Amsterdam, v. 30, n., p.279-284, 2004.

KOPPELL, J. G. S. Pathologies of accountability: ICANN and the challenge of "multiple accountabilities disorder". **Public Administration Review**, v. 65 n. 1 p. 94-108, Jan. 2005.

LARA, M. B. El reto de la comunicación en el tercer sector no lucrativo. **Revista Española Del Tercer Sector**, n. 8, p. 17-38, 2008.

MCGANN, James; JOHNSTONE, Mary. The power shift and the ngo credibility crisis. **The International Journal Of Not-for-profit Law**, Washington, v. 8, n. 2, p.65-77, nov. 2005.

OLIVEIRA, I. M. da S. **Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro**. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

PAUL, S. **Accountability in public services: exit, voice and capture**. Country Economics Department. The World Bank, 1991.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p.1343-1368, nov./dez. 2009.

RANGEL, A. **Cultura e práticas de transparência na internet: mecanismos adotados pelas associadas da ABONG**. Rio de Janeiro: Napec - Núcleo de Apoio À Pesquisa e Educação Continuada, 2010.

RAUPP, F. M. **Construindo a accountability em câmaras municipais do estado de Santa Catarina: uma investigação nos portais eletrônicos**. 2011. 193 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador - Ba, 2011.

ROCHE, C. **Impact assessment for development agencies: learning to value change**. Oxford: Oxfam, 1999.

RODRÍGUEZ, M. D. M. G.; PÉREZ, M. D. C. C.; GODOY, M. L. Determining factors in online transparency of NGOs: a Spanish case study. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, Baltimore, Us, v. 23, n. 3, p.661-683, 2012.

SALAMON, L. M., ANHEIER, H. K. **Defining the nonprofit sector: a cross-national**

analysis. Manchester, UK, 1997.

SORJ, B. **brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Brasília, DF: Unesco, 2003.

THE BRITISH COUNCIL. **The future of english**. Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org/learning-elt-future.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2013.

THE WORLD BANK GROUP. **Operational directive 14.70**: involving nongovernmental organizations in world bank-supported activities. Disponível em:

<<http://www.gdrc.org/ngo/wb-ngo-directive.html>>. Acesso em: 06 maio 2013.

TRIPODI, T. et al. **Análise da pesquisa social**: diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

UNITED NATIONS RULE OF LAW. **Non-governmental organizations**. Disponível em: <[http://www.unrol.org/article.aspx?article\\_id=23](http://www.unrol.org/article.aspx?article_id=23)>. Acesso em: 8 maio 2013.

VAKIL, A. C. Confronting the classification problem: toward a taxonomy of NGOs. **World Development**, Uk, v. 25, n. 12, p. 2057-2070. 1997.

WATERS, R. D. Nonprofit organizations' use of the internet: a content analysis of communication trends on the internet sites of the philanthropy 400. **Nonprofit Management & Leadership**, Hoboken, Us, v. 18, n. 1, p.58-76, 2007.

SUNKIN, M.; BRIDGES, L.; MÉSZÁROS, G. **Judicial Review in Perspective**. Londres: The Public Law Project. 1993.

ZITTEI, M. V. M.; POLITELO, L.; SCARPIN, J. E. **Nível de evidência contábil das organizações do terceiro setor**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 13, 2006, São Paulo. **Anais**, São Paulo, USP, 2006. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos132013/105.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2013.